

Sarney pede que os diretores coloquem cargos à disposição

Medida anunciada pelo vice-presidente Marconi Perillo visa facilitar a adoção de medidas administrativas a serem decididas na reunião da Mesa diretora de hoje, às 10h30. Fundação Getúlio Vargas realizará levantamento da situação administrativa e Tribunal de Contas da União analisará contratos de terceirização. **3**



Sarney (que conversa com Heráclito Fortes) deve assinar hoje protocolo de intenções com a Fundação Getúlio Vargas

Foto de Geraldo Magela

Comissões discutem juros com dirigentes do BB e Caixa

A taxa Selic, o *spread* bancário e as operações de crédito estão na pauta dos debates iniciados na semana passada e retomados agora pelas comissões de Assuntos Econômicos e de Acompanhamento da Crise, que realizam audiência pública às 14h30 de hoje. **5**

Ministro afirma que não há pacote para setor de carne

O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, negou que o governo tenha preparado pacote de socorro a produtores e exportadores de carne. Senadores cobraram informações sobre a situação financeira de frigoríficos. **4 e 5**



Reinhold Stephanes, Valter Pereira e Gilberto Goellner em reunião na CRA

Blocos indicam membros da Comissão de Orçamento

Composta de 31 deputados e 11 senadores titulares, a lista foi lida na sessão do Senado. **5**

Câmara pode votar em 30 dias Plano de Viação

Compromisso foi assumido por Michel Temer em encontro com grupo de senadores. **4**

Ideli presidirá comissão sobre mudanças climáticas

A Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas, que funcionava como temporária havia dois anos, foi instalada como colegiado permanente. Eleita ontem, Ideli Salvatti é a nova presidente. O vice será escolhido na próxima reunião. **7**



Ideli, Raupp e Marco Maciel em reunião do colegiado, agora permanente

José Cruz

Moreira Mariz

Senador diz que a questão da violência em instituições escolares deverá ser discutida em audiência pública no colegiado com o ministro da Educação, Fernando Haddad



Presidida por Arns, CE aprova audiências para discutir metas prioritárias das pastas da Educação, da Cultura e do Esporte

Arns: falta de segurança nas escolas preocupa o brasileiro

A SEGURANÇA NAS escolas é a primeira preocupação dos brasileiros quando se trata de educação, afirmou ontem o presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, senador Flávio Arns (PT-PR). A solução do problema da falta de segurança, segundo o senador, é vista como prioridade “antes mesmo da qualificação e da valorização dos professores”.

– Esse fato surpreendeu até o ministro da Educação, Paulo Haddad, e poderemos abordar o tema na audiência pública com ele – disse Flávio Arns. A questão foi analisada ainda pelos senadores Gerson Camata (PMDB-ES) e Cristovam Buarque (PDT-DF)

Para discutir os programas

prioritários da pasta da Educação, o colegiado aprovou ontem proposta de Flávio Arns, em requerimento assinado por vários outros senadores. Com o mesmo objetivo, conforme o requerimento, também serão realizadas audiências com o ministro da Cultura, Juca Ferreira, e do Esporte, Orlando Silva. Os debates também abordarão os recursos orçamentários dos três ministérios para este ano.

Flávio Arns afirmou que as audiências públicas deverão estabelecer uma sintonia entre o trabalho dos ministérios e a atuação da comissão. Para isso o senador realizou, no último dia 11, reunião administrativa com a presidente do Conselho Nacional de Educação, Clédia Brandão.

Falha em mapa

Por sugestão de Cristovam Buarque, a CE vai enviar ofício ao governador de São Paulo, José Serra, para que determine o recolhimento de livro didático da Secretaria Estadual de Educação que, segundo a imprensa, conterá mapa da América do Sul no qual não consta o Uruguai e, ainda, o Paraguai aparece mesclado com a Bolívia.

Cristovam disse que o livro deve ser retirado de circulação, pois é um prejuízo para a educação dos que o usam.

– Não é um erro menor colocar o Paraguai no lugar do Uruguai. É uma vergonha que repercute internacionalmente de forma negativa para nossa educação, nosso país – disse Cristovam.

Senador defende escolas para aluno com deficiência

Flávio Arns (PT-PR) acusou o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de agir de forma “desumana e insensível” ao pressionar os governos estaduais e as prefeituras a “praticamente fechar” suas escolas para alunos com deficiência. Explicou que “pessoas do Ministério da Educação” têm agido com incompetência ao implantar, de qualquer forma, a política de educação inclusiva, pela qual os alunos com deficiência têm de frequentar escolas comuns.

Arns leu carta do pai de um garoto com autismo, de Roraima, onde o governo estadual, em atendimento à política do Ministério da Educação, transferiu a escola de educação especial em “centro de atendimento”, no qual os alunos “não têm nenhum dos cuidados que recebiam antes”. Indignado, o senador observou que as necessidades desses alunos são bem diferentes “do que estudar biologia ou matemática”.

– Como é que um aluno especial, que às vezes faz suas necessidades fora do banheiro, vai se integrar em uma sala de aula com alunos comuns?

Flávio Arns observou que a lei sobre escolas especiais não foi alterada no governo Lula. Mas “pessoas do Ministério da Educação” passaram a interpretar de maneira diferente a legislação e a pressionar pela educação inclusiva. Trata-se, disse, de uma “postura xiita, fundamentalista”.

Adiada votação de projeto sobre material escolar

Foi adiada para a próxima terça-feira a votação, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), de proposta que isenta materiais escolares do pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

O projeto (PLS 160/07) de José Agripino (DEM-RN) também isenta produtos como cola, borracha, mochila, agenda, caderno, caneta e lápis da contribuição do PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

O relator, Marcelo Crivella (PRB-RJ), incluiu novamente no projeto artigo que isenta do pagamento do IPI. O dispositivo, presente na proposição original, fora retirado pelo relator na Comissão de Educação, Renato Casagrande (PSB-ES), para quem a isenção afetaria os fundos de participação dos estados (FPE) e dos municípios (FPM). Crivella avaliou que a retirada da isenção poderia tornar “inócua a norma”.

Um dos motivos do adiamento foi o voto em separado do líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), pela rejeição da matéria. Já Flexa Ribeiro (PSDB-PA) pediu ao relator que retirasse da lista de itens sujeitos à isenção os materiais importados.

Comissão aprova Dia Nacional do Jornalista

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou projeto que institui 7 de abril como o Dia Nacional do Jornalista. A data lembra a fundação, em 1908, da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). O projeto (PLC 169/08), relatado por Gerson Camata (PMDB-ES), será agora votado pelo Plenário.

A CE também discutiu projeto de Cristovam Buarque (PDT-DF) autorizando o Executivo a criar o programa Cesta Básica do Livro, que visa conceder um “acervo mínimo” de livros a estudantes das escolas públicas de ensino fundamental e médio. Ideli Salvatti (PT-SC) pediu vista da proposta (PLS 278/08).

A comissão examinou ainda projeto (PLS 240/08) de Alvaro Dias (PSDB-PR), relatado por Cícero Lucena (PSDB-PB), que isenta de alguns dos impostos incidentes sobre veículos para transporte escolar prefeituras, profissionais dedicados ao transporte de estudantes e cooperativas. Gerson Camata (PMDB-ES) pediu vista do projeto.

Também ontem, a presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia, Nêmora Rodrigues, apresentou à CE o Projeto Mobilizador Biblioteca Escolar: Construção de uma Rede de Informações para o Ensino Público. As sugestões, recebidas pelo presidente da comissão, Flávio Arns (PT-PR), visam integrar as bibliotecas a programas político-pedagógicos.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário

Às 14h tem início a sessão deliberativa. A pauta continua truncada pelo Projeto de Lei de Conversão 1/09 (MP 447/08), que altera o prazo de pagamento de impostos e contribuições federais.



Presidência

O presidente da Casa, José Sarney, participa, às 10h, da assinatura de protocolo de intenções entre o Senado e a Fundação Getúlio Vargas. Às 10h30 promove reunião da Mesa diretora; às 11h30

recebe o diretor da Coppe/UFRJ, Luiz Pinguelli Rosa; às 12h, o secretário-geral Ibero-Americano, Enrique Iglesias; e às 14h15, os presidentes do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal.

Reunião da Comissão de Orçamento

Os integrantes da Comissão Mista de Orçamento (CMO) promovem reunião às 14h30.

Debate sobre uso da energia solar

A partir das 11h, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) analisa dez proposições, entre elas a que altera o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01) e a Lei 4.380/64, com o objetivo de fomentar o uso de energia solar no país.

Combate ao racismo em discussão na CDH

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) promove, às 9h, audiência pública sobre a Conferência Mundial contra Racismo, Xenofobia e Intolerância – Avaliação de Durban 2001. Participarão do debate, entre outros, o ministro da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Edson Santos de Souza; o chefe da Divisão de Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores, Sílvio José Albuquerque e Silva; e o secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, Pedro Vieira Abramovay.

Na CCJ, cotas e projeto do deputado Clodovil

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) realiza, às 10h, a segunda audiência pública sobre a proposta que dispõe sobre o ingresso nas universidades públicas e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Pro-

jecto de lei (PLC 115/07) que autoriza a pessoa adotada a adicionar ao seu o nome do padrasto ou da madrastra, do deputado federal Clodovil Hernandes (PR-SP), falecido ontem, também será votado na comissão

CPI da Pedofilia faz audiência em Catanduva

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia realiza, na Vara da Infância e da Juventude de Catanduva (SP), audiências públicas para colher depoimento de diversas pessoas envolvidas com denúncias de exploração sexual de crianças e adolescentes no município.

Ministro debate programas na CCT

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) ouve, às 9h, em audiência pública, o ministro da Ciência e Tecnologia, Sergio Rezende, sobre as diretrizes e os programas prioritários do ministério.

Mudanças no regimento

Os senadores da comissão temporária interna para reforma do Regimento Interno do Senado realizam, às 15h, debate de propostas com o tema “Comissões: tipos e organização, competência, emendamento e relatoria”.

Atividades das comissões podem ser agilizadas

A Comissão Temporária para Reforma do Regimento Interno do Senado aprovou propostas que deverão agilizar os procedimentos referentes às comissões – permanentes e temporárias. Foram examinadas as matérias sobre tipos e organização, competência, emendamentos e relatoria.

Dentre as mudanças aprovadas, estão a que permite aos líderes partidários que representem número equivalente a um terço (27) dos senadores convocarem reunião do colégio de líderes. Atualmente, as

reuniões são convocadas pelo presidente da Casa ou a pedido de um terço dos senadores. O vice-presidente da comissão, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), argumentou contra a proposta por entender que o critério de proporcionalidade não poderia ser aplicado nesse caso, “já que haveria distinção entre os líderes”. O relator da matéria, Gerson Camata (PMDB-ES), defendeu a manutenção da proporcionalidade em todos os casos, uma vez que se trata de uma questão matemática e um líder que represente 20 senado-

res continuará representando o mesmo número em todas as instâncias do Senado.

Prazo

Também foi acatada a mudança na forma como é contado o prazo das comissões temporárias. Pelo regimento atual, essa contagem é iniciada a partir da aprovação do requerimento para criação da comissão. O texto acolhido estabelece que o prazo seja contado a partir da primeira reunião realizada.

Outra mudança aceita foi a



Comissão de Reforma do Regimento analisa mudanças em votos de pesar e aplauso

que transforma em moção os requerimentos de pesar e de aplauso, que deixariam de ser apreciados e votados pelo Plenário. De acordo com a proposta, a moção apresentada pelo parlamentar é encaminhada

em nome dele para o destinatário, e não mais em nome do Senado. Também foi aprovada proposição que outorga às comissões o poder de decidir se um projeto de lei pode tramitar em decisão terminativa.



Senador quer apuração de denúncias

Cristovam sugere comissão para buscar saídas

Cristovam Buarque (PDT-DF) sugeriu ontem ao presidente do Senado, José Sarney, a criação de um grupo – a exemplo da já instalada comissão que busca saídas para enfrentar os efeitos da crise econômica mundial – com o objetivo de estudar uma maneira de fazer o Senado sair da atual situação de descrédito e desmoralização.

– Coloque alguns para discutir com profundidade em que estamos errando, errando ao ponto de ter uma manchete nos chamando de velhacos.

O parlamentar mencionou especificamente uma nota publicada na coluna de Ricardo Noblat acusando os senadores de “velhacos”, palavra que quer dizer “traíçoeiro, mentiroso, que engana, que vende o que não tem, que não presta”, enumerou o senador. Para Cristovam, o que assusta não é o fato de os parlamentares serem chamados de velhacos pelo jornalista, ou serem criticados pelo senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) em entrevista, como ocorreu recentemente, mas, sim, o fato de não refletirem em que estão errando e, conseqüentemente, de não poderem responder à altura a essas críticas.

O parlamentar disse ainda que, antes mesmo de descobrir como sair dessa situação, os senadores precisam refletir a respeito das conseqüências da desmoralização do Congresso e, portanto, da democracia, pelo que deveriam zelar. Ele defendeu ainda o aprofundamento nas investigações das denúncias feitas pelo senador Jarbas Vasconcelos.

Cristovam comentou as denúncias envolvendo o Senado, como o pagamento de horas extras para servidores durante o recesso, e disse ter trabalhado nesse período, assim como servidores de seu gabinete. Também citou a utilização de passagens aéreas emitidas pela Casa, que, em seu caso, são destinadas à participação em seminários e formaturas. Ele questionou se vale a pena ser senador, já que até quem usa recursos como a verba indenizatória de forma transparente vive sob suspeição.

Diretores do Senado devem colocar seus cargos à disposição

Marconi Perillo anuncia que José Sarney adotou medida para facilitar a tomada de providências na reunião de hoje da Mesa diretora

O VICE-PRESIDENTE DO Senado, Marconi Perillo (PSDB-GO), anunciou ontem, durante a sessão plenária, que o presidente da Casa, José Sarney, pediu a todos os 136 diretores do Senado que coloquem seus cargos à disposição. O objetivo, de acordo com Marconi, é facilitar a tomada de novas providências na reunião da Mesa diretora que deve ocorrer hoje, a partir das 10h30. Mais cedo, a assessoria do presidente já havia anunciado a realização da reunião da Mesa para tratar de mudanças no âmbito administrativo da Casa.

Marconi Perillo também lembrou outras medidas adotadas pelo presidente do Senado, como pedir ao Tribunal de Contas da União (TCU) a análise dos contratos de terceirização, e à Fundação Getúlio Vargas (FGV) um levantamento da situação administrativa da Casa, para avaliar a necessidade de manutenção dos contratos ou de realização de concurso público. Protocolo de intenções com a FGV deve ser assinado hoje, às 10h.

– Cremos, portanto, que, apuradas todas essas críticas e denúncias pela Mesa, o Brasil reconhecerá nosso empenho em preservar os ditames da boa gestão pública e da meritocracia – afirmou o parlamentar.

Ao comentar as denúncias que envolveram o nome da instituição nas últimas semanas, Marconi Perillo defendeu celeridade e objetividade por parte dos par-

lamentares na análise das proposições de interesse da população. Para isso, em sua opinião, é necessário resolver “todos os entraves administrativos” que possam se constituir em uma barreira para a tramitação de projetos.

– Nós temos o dever de ouvir e acolher as críticas quanto à agilidade no processo de votação, no processo legislativo – disse o senador.

Em sua avaliação, é necessário fazer um levantamento de todos os “vícios históricos da prática administrativa” existentes na Casa para dar uma resposta à sociedade brasileira. A instituição também tem o dever de tomar a frente dos processos na área administrativa, verificando a procedência de cada uma das denúncias sob a ótica não só da legalidade, mas também da ética e da moralidade – “dois elementos que devem dar os limites da razoabilidade do ato administrativo”.

Nesse sentido, completou o parlamentar goiano, não há nada de errado em conceder horas extras aos funcionários que ficam na Casa além do tempo previsto no expediente, mas é preciso regulamentar essa concessão, para que o Senado não seja “objeto de crítica”. Da mesma forma, observou ele, é preciso tomar as medidas necessárias para evitar o nepotismo e toda e qualquer forma de favorecimento direto ou indireto, incluindo-se a questão dos contratos terceirizados.

“Nós temos o dever de ouvir e acolher as críticas quanto à agilidade no processo de votação”



Genildo Magela

Marconi Perillo defende agilidade do Senado no exame de matérias que interessam à população brasileira



Tião Viana diz que luta pela imagem do Senado

Tião Viana repudia insinuação de que vazou informações

O senador Tião Viana (PT-AC) desafiou ontem os que o estão acusando de fazer denúncias sobre irregularidades na administração do Senado a assumirem “rosto a rosto” essas afirmações. Viana, que foi vice-presidente da Casa e candidato à Presidência na última eleição para a Mesa, disse que está sendo vítima de subterfúgios visando incriminá-lo.

– Infelizmente, nos últimos dias, a imagem do Senado não passa por bom momento, mas, quando se imagina que a Casa está preparada para um debate altivo sobre o que se passa aqui, meia dúzia de fofoqueiros prefere fazer insinuações de corredores sobre minha dignidade e minha honradez.

Depois de exigir respeito pela sua biografia, o senador garantiu que defende o Senado e luta pela imagem da instituição.

Em defesa de Tião Viana, o vice-presidente do Senado, Marconi Perillo (PSDB-GO), que presidia os trabalhos, disse que acolhia o pronunciamento do colega. Marconi afirmou que há um “profundo respeito” pela atuação do senador acreano.

Também Eduardo Azeredo (PSDB-MG) manifestou apoio ao colega.

– O senador Tião Viana não precisa ter nenhuma dúvida sobre a confiança de todos pela sua correção. Se mazelas existem no Senado, não estão sendo expostas por ele.

Na opinião do líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), não há por que “jogar mazelas para debaixo do tapete”. Ele pediu a apuração de todas as denúncias que hoje ameaçam “derreter o prestígio do Senado”.

Para Wellington Salgado (PMDB-MG), quem acusa o Senado deve provar suas denúncias. De qualquer forma, ele pediu que se observe o esforço que vem sendo feito por José Sarney para esclarecer todos os fatos e normalizar as atividades da Casa.

No entender do líder do DEM, José Agripino (RN), todos os culpados por irregularidades devem ser punidos exemplarmente, mas ele criticou a criação do mito de que a verba indenizatória serve para malversar recursos.

Já Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), apesar de defender mudanças de procedimentos que evitem atos contrários à boa administração, recomendou à grande imprensa que expanda sua onda de moralização para o Poder Executivo, onde haveria problemas de toda ordem, inclusive relativos à contratação de funcionários terceirizados.



Collor (2º à esq.), com Marconi (E) e Resende (D), faz solicitação a Temer

Temer promete votar Plano Nacional de Viação em 30 dias

O presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, assumiu ontem, durante encontro com integrantes da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) do Senado, o compromisso de trabalhar para concluir, dentro de 30 dias, naquela Casa, a votação do projeto de lei que cria o Sistema Nacional de Viação (SNV) e modifica o atual Plano Nacional de Viação (PNV).

A informação foi prestada pelo vice-presidente da CI, senador Eliseu Resende (DEM-MG), ao fim da audiência, que teve a participação ainda do presidente da comissão, Fernando Collor (PTB-AL), e de Marconi Perillo (PSDB-GO) e Mão Santa (PMDB-PI). A sugestão de que os integrantes do colegiado fossem ao encontro de Temer, a fim de solicitar apoio para uma rápida tramitação da matéria

(no Senado, PLC 18/02), foi do presidente da comissão.

— A ideia é oferecer ao país diretrizes mais adequadas para seu desenvolvimento econômico, maior integração nacional e mais conforto no deslocamento de passageiros — comentou Eliseu Resende.

Enquanto o SNV estabelece diretrizes para as políticas e o sistema de transportes, como o princípio da descentralização da gestão das vias, para estados ou iniciativa privada, o PNV faz uma descrição detalhada da malha viária (rodovias, ferrovias e hidrovias) e equipamentos (portos, aeroportos e elusos). No documento, há o registro físico e geográfico tanto das vias e dos equipamentos existentes como indicações relativas ao que deve ser construído, tendo em vista as necessidades do país.

Virgílio sugere debate sobre voos para aeroporto longe de cidades

Arthur Virgílio (PSDB-AM) defendeu da tribuna a realização de debate no Congresso sobre o deslocamento de voos de aeroportos de grandes cidades brasileiras para aeródromos distantes dos centros urbanos, como tem acontecido nas cidades de São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro.



Arthur Virgílio comenta decisão da Anac que gerou protestos

— O deslocamento para os novos aeródromos de voos de aviões de grande porte, inclusive de linhas internacionais, foi solução natural. Havia, como ainda há, riscos para as operações nos aeroportos encravados nos centros das cidades — disse Virgílio, que mencionou decisão da Anac optando por voltar a autorizar

linhas internacionais nos aeroportos próximos dos centros urbanos, o que gerou protestos de governadores como Sérgio Cabral, do Rio de Janeiro, e Aécio Neves, de Minas Gerais.

Crivella propõe debate com ministros sobre transportes

Marcelo Crivella (PRB-RJ) informou ao Plenário que apresentou requerimento à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) convidando os ministros da Fazenda, Guido Mantega, e dos Transportes, Alfredo Nascimento, e o presidente da Confederação Nacional de Transporte para debaterem com os senadores as consequências da crise econômica sobre o transporte de cargas no Brasil.



Marcelo Crivella: discussão na CAE sobre efeitos da crise no setor

O senador disse que a crise pegou a todos de surpresa, num momento em que o país atravessa uma fase de crescimento sustentável nos diversos setores. Ele relatou que o transporte

viário vem enfrentando graves dificuldades neste momento, exatamente em razão das decisões tomadas quando o cenário era bastante diverso.

Em audiência na Comissão de Agricultura, Reinhold Stephanes convida representantes do setor para discutir, juntamente com o governo, saídas para a crise

Ministro nega existência de pacote para produtor e exportador de carne

O MINISTRO DA Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, negou ontem que o governo tenha pronto um pacote de socorro à cadeia produtiva de carne. Ele convidou pecuaristas, donos de frigoríficos e exportadores de carne a discutirem saídas para a crise, juntamente com o governo, endossando alerta do senador Osmar Dias (PDT-PR) de que é preciso, antes, levantar o valor da ajuda e a quem deve ser dirigida, e somente depois tomar uma medida. A audiência foi realizada na Comissão de Agricultura

e Reforma Agrária (CRA).

Stephanes admitiu que os créditos tributários reclamados pelos exportadores são uma questão complexa, que precisa ser negociada junto aos ministérios da Agricultura e da Fazenda, no caso do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins); e no âmbito da reforma tributária, em discussão no Congresso, em relação aos créditos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), por se tratar de

tributo estadual.

O ministro reivindicou a equalização na cobrança do PIS/Cofins entre quem produz para os mercados externo e interno, e a facilitação do crédito oficial, por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Banco do Brasil, para os exportadores.

Crédito

Já o representante do Banco do Brasil, Márcio Augusto Esmeraldo Montella, reiterou o apoio da instituição à pecuária e informou que

cerca de 22% do volume de crédito liberado, cerca de R\$ 15 bilhões, vai para o setor. Conforme disse, o apoio do banco tem a perspectiva de beneficiar a cadeia produtiva. Dessa forma, o financiamento liberado para o pecuarista é vinculado à compra da produção por parte do frigorífico. Em 2007, a pecuária de corte e leiteira, no âmbito do BB Pecuária, teve um incremento de 30% no volume de recursos aplicados na comparação das safras 2006/2007 e 2007/2008, acrescentou Montella.

Ao se dirigir aos representantes

do governo, o presidente da Associação Brasileira de Frigoríficos (Abrafrigo), Péricles Salazar, fez críticas a um possível pacote de socorro exclusivo aos grandes frigoríficos, que seria bancado pelo BNDES e pelo Banco do Brasil.

Já o presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec), Roberto Giannetti da Fonseca, apontou como um dos principais problemas do setor a dificuldade em dar liquidez aos créditos tributários mantidos junto aos governos federal e estaduais.



Kátia Abreu e Raimundo Colombo participam da audiência, que reuniu Péricles Salazar, da Associação Brasileira de Frigoríficos; o ministro Reinhold Stephanes; Valter Pereira e Gilberto Goellner; e Antenor Nogueira, representante da CNA



Ajuda a grandes frigoríficos ainda longe de consenso

Notícia veiculada no jornal *Valor Econômico* sobre ajuda governamental a grandes frigoríficos dividiu opiniões durante a audiência na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Em favor do socorro, Roberto Giannetti da Fonseca, presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec), lembrou que uma retração nas exportações afetaria toda a cadeia da pecuária bovina. Já Péricles Salazar, presidente da Associação Brasileira de Frigoríficos (Abrafrigo), propôs que a ajuda chegue a pequenos e médios abatedouros. Para Antenor Nogueira, presidente do Fórum Nacional da Pecuária de Corte, o governo deve dar garantias aos pecuaristas de que receberão pela entrega do gado aos frigoríficos em dificuldades.

A audiência foi motivada pela preocupação com pedidos de recuperação judicial de grandes frigoríficos, como a rede Independência. Conforme o presidente da Abiec, os problemas das empresas exportadoras são resultado do agravamento da crise financeira internacional, que levou à retração do mercado internacional de carnes.

— Se não vier ajuda para a exportação, todos os elos da cadeia serão afetados — advertiu Giannetti.

Péricles Salazar enfatizou que a crise não atinge apenas os grandes frigoríficos. Conforme disse, são 50 as unidades de abate paralisadas, entre as que fecharam temporariamente e as que interromperam definitivamente as

atividades.

— Os anúncios de recuperação judicial dos frigoríficos resultaram no medo do pecuarista de vender o boi a prazo, o que tem efeito perverso sobre os pequenos frigoríficos, que não conseguem pagar à vista ao produtor e vender a prazo, como querem os supermercados — afirmou o presidente da Abrafrigo, ao criticar a injeção de recursos do governo nos frigoríficos em recuperação judicial.

Para Salazar, a medida representaria uma “elitização” da ajuda. Ele também alertou para o fato de o governo estar aportando recursos públicos para socorro a empresas que “sabidamente cometeram erros de gestão”.

Pagamento

Os problemas dos pecuaristas que esperam o pagamento por animais entregues a frigoríficos em recuperação judicial foram apontados por Antenor Nogueira, que também representou a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

— Se o processo de recuperação judicial conceder ao frigorífico 20 anos para saldar as dívidas, o produtor vai esperar 20 anos para receber pelos animais que entregou? Esse é o capital de giro dele. Sem receber, o pecuarista não pode pagar seus funcionários, não pode pagar o caminhoneiro que transporta os animais, os fabricantes de ração. Tem efeito em toda a cadeia — alertou Antenor Nogueira.

Durante o debate na CRA, os senadores cobraram dos grandes frigoríficos em recuperação judicial transparência na apresentação de seus problemas financeiros, em especial na identificação de dívidas contraídas. Os parlamentares também querem prioridade para o pagamento aos pecuaristas que entregaram seus animais para abate.

Osmar Dias (PDT-PR) foi o primeiro a cobrar a apresentação de informações precisas sobre a crise nas grandes empresas.

— Precisamos saber qual é o tamanho do buraco — frisou.

O senador também alertou para os efeitos da crise financeira sobre o pecuarista, “aquele que precisa do capital de giro mensal” e deve ter prioridade quando da quitação de dívidas dos frigoríficos.

Kátia Abreu (DEM-TO) cobrou a elaboração de um “mapa verdadeiro da situação”.

— Sempre cobramos transparência da cadeia produtiva. Agora precisamos saber quando e como os produtores poderão receber esse dinheiro — disse ela, referindo-se ao pagamento pelos animais entregues aos frigoríficos.

A senadora também cobrou informações sobre os R\$ 250 milhões emprestados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ao grupo Independência.

— Estranhemos que, depois de receber os recursos, o frigorífico pediu concordata — observou.

Ele deve exigir o balanço das empresas. Saber onde elas aplicaram o dinheiro quando o preço da carne estava alto — argumentou o senador, que é favorável à ajuda desde que as empresas “coloquem as contas na mesa”.

Para Osmar Dias, a quebra das 21 empresas da Abiec — responsáveis por 80% da carne bovina exportada pelo Brasil — pode acarretar prejuízos para grandes e pequenas redes de açougues e para milhares de pequenos produtores no Brasil.

Taxa Selic, *spread* bancário e operações de crédito serão analisados hoje no Senado, em audiência com presidentes da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil

Duas comissões debatem saídas para crise financeira

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) e a Comissão Especial de Acompanhamento da Crise e da Empregabilidade realizam hoje, a partir das 14h30, audiência pública para discutir três temas considerados essenciais para o equilíbrio econômico-financeiro do país: a taxa Selic, o *spread* bancário e as operações de crédito.

Foram convidados para o debate com os integrantes das duas comissões a presidente da Caixa Econômica Federal, Maria Fernanda Ramos Coelho, e o presidente do Banco do Brasil, Antonio Francisco de Lima Neto. A reunião será na sala 19 da Ala Senador Alexandre Costa, onde funciona a CAE.

Amanhã, a partir das 10h30, a

CAE faz nova audiência pública, dessa vez para discutir temas ligados à construção civil e à indústria. Entre os convidados, estão Antoninho Marmo Trevisan, Clemente Gans Lúcio e Paulo Godoy, todos integrantes do Comitê de Monitoramento da Crise, do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES).

Novas reuniões

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), agendou para a próxima terça-feira outra audiência pública, que contará com a presença do presidente da Petrobras, Sérgio Gabrielli. O dirigente vai falar sobre o

planejamento estratégico da empresa e seu plano de negócios para o período 2009/2013. Gabrielli também prestará esclarecimentos aos membros da CAE sobre a liberação, pelo Tesouro Nacional, de R\$ 100 bilhões para a ampliação da capacidade de empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Na próxima quarta-feira, a CAE recebe o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. Ele foi convidado para abordar três temas: os elevados *spreads* bancários; a desvalorização do real; e as novas políticas econômica e cambial adotadas pelo governo diante da crise. Ambas as reuniões foram marcadas para as 10h.

Kátia Abreu pede que a Câmara vote “cadastro positivo”

Kátia Abreu (DEM-TO) pediu ao presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, para que coloque em votação o projeto que cria o chamado “cadastro positivo” (de bons pagadores).

A senadora disse que, embora o Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) tenha diminuído a taxa básica de juros (Selic), o *spread* bancário (diferença entre os juros pagos ao investidor e o que é cobrado sobre os empréstimos) ainda mantém alta a taxa de juros praticada nos financiamentos.

Kátia Abreu assinalou que 2/3 da agricultura brasileira são financiados por bancos privados e que o *spread* bancário está hoje na casa de 39,5%. Ela informou que o projeto já foi aprovado nas comissões da Câmara e aguarda apenas decisão da Mesa para ser incluído na ordem do dia do Plenário daquela Casa.

— Não é justo que os bons pagadores paguem um juro altíssimo. Eu não imagino outro motivo a não ser um trabalho muito forte e nocivo ao país por parte dos maiores bancos que têm cadastros próprios e não querem perder a exclusividade dessas informações.

Segundo ela, o Serasa já dispõe de um cadastro pronto para disponibilizar aos bancos médios e pequenos. A senadora garantiu que, se o *spread* cair, os juros dos financiamentos também cairão.

Blocos indicam novos membros para a CMO

Os parlamentares que vão integrar a Comissão Mista de Orçamento (CMO) em 2009 já foram indicados pelos blocos partidários que funcionam no Congresso. Composta de 31 deputados e 11 senadores titulares, além de igual número de suplentes, a lista completa de indicações foi lida ontem.

Os senadores que vão integrar a CMO, como titulares, são: pelo Bloco PSDB/DEM — Efraim Morais (DEM-PB), Jayme Campos (DEM-MT) e Cícero Lucena (PSDB-PB); pelo Bloco PMDB/PP — Francisco Dornelles (PP-RJ), Almeida Lima (PMDB-SE) e Leomar Quintanilha (PMDB-TO); pelo Bloco de Apoio ao Governo — João Ribeiro (PR-TO), Augusto Botelho (PT-RR), João Vicente Claudino (PTB-PI) e Cristovam Buarque (PDT-DF); e pelos partidos minoritários, José Nery (PSOL-PA).

Pelo regimento, a nova comissão deve ser instalada até 31 de março. Se esse prazo não for cumprido, os trabalhos da CMO ficam automaticamente suspensos até que seja concluída a escolha da Mesa.

As regras determinam um rodízio anual entre representantes do Senado e da Câmara nos principais cargos — os partidos também não podem permanecer por dois anos consecutivos à frente das relatorias setoriais do Orçamento, que totalizam dez áreas. No caso da presidência, o eleito no ano passado foi o deputado Mendes Ribeiro Filho (PMDB-RS). Agora, o PMDB do Senado, com maior número de integrantes, está indicando o nome de Almeida Lima.

Valadares lamenta resistências ao acordo ortográfico

O acordo ortográfico que entrou em vigor este ano, segundo Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), é importante para a maior difusão da língua portuguesa. O senador lamentou que “resistências em alguns países dificultem a implementação de um acordo que foi costurado pacientemente por quase 20 anos”.

De acordo com Valadares, formalmente, as novas regras estão em vigor em sete dos oito países onde se fala o português (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe), e falta a decisão do Timor Leste. Ele destacou que o período entre 2009 e 2012 é de transição.

O senador citou artigo do professor Arnaldo Niskier, membro da Academia Brasileira de Letras, publicado no jornal *Folha de São Paulo*, “apelando para a enorme vantagem de um idioma grafado uniformemente”, como o inglês e o francês. Portugal, por exemplo, não abre mão de escrever “Antônio”, com acento agudo, e Angola quer palavras como quitanda escritas com “k”.

— Enquanto tais divergências continuarem, não seremos vistos pela comunidade internacional como uma única língua.

Valadares salientou que os ministérios da Educação, da Cultura e de Relações Exteriores estão empenhados em implementar a nova norma e prometeu lutar no Senado pela mesma diretriz.



Valadares considera importante idioma ter grafia uniforme para ser difundido



Gilberto Kassab (E), com Sarney: município deve R\$ 5 bilhões em precatórios

Jone Araújo

Kassab pede votação da PEC dos Precatórios

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem o prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, que solicitou pressa na votação da proposta de emenda à Constituição (PEC 12/06) que disciplina o pagamento dos precatórios – as dívidas decorrentes de sentenças judiciais sem direito a recurso.

– Trouxemos nossa preocupação aqui interpretando

o sentimento da maioria dos municípios. Temos a expectativa de que essa proposta seja votada rapidamente. Votada de acordo com os interesses dos municípios ou não, o importante é que a gente tenha certeza de que caminho seguir – observou Kassab.

O prefeito disse que, só em São Paulo, a cifra a ser paga relativa a precatórios chega a

cerca de R\$ 5 bilhões. A intenção que predomina entre os prefeitos, frisou ele, é pagar as dívidas de acordo com as limitações que os orçamentos municipais impõem e de forma organizada.

– A ideia é encontrar uma fórmula que possa atender aos interesses dos municípios e, evidentemente, também dos credores – afirmou.

Alvaro Dias alerta para queda de receita do FPM

Senadores dizem que situação é crítica e pedem ação do governo federal. Fundo de Participação dos Municípios (FPM) é a principal fonte de recursos de 81% das prefeituras

ALVARO DIAS (PSDB-PR) afirmou em pronunciamento ontem que os prefeitos brasileiros “estão desesperados” com a queda no repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) verificada nos últimos meses.

Em seu discurso, o senador disse que o governo federal precisa convocar esses representantes para debater o assunto, tendo em vista que o FPM constitui a receita principal de 81% dos municípios, sendo que 95% dos municípios nordestinos sobrevivem basicamente com as verbas do fundo.

– Retirar valores dessa receita é como retirar o oxigênio que as administrações municipais respiram – afirmou Alvaro Dias,



Alvaro: prefeitos estão desesperados com diminuição dos repasses

destacando que a redução, no mês passado, foi de 18% em relação a fevereiro de 2007.

Em aparte, o senador Cícero Lucena (PSDB-PB) observou que a queda no repasse do FPM representa o “caos” na adminis-

Gerardo Magela

tração municipal, com prejuízos para cerca de 4.300 municípios com menos de 30 mil habitantes que contam exclusivamente com os recursos do fundo.

Já o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) salientou que o governo federal não pode continuar utilizando a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) como fonte de apoio ao setor produtivo em detrimento das administrações municipais.

A redução no repasse dos recursos do FPM também foi criticada por Valdir Raupp (PMDB-RO), que recentemente chegou a promover reuniões com lideranças municipais de Rondônia para discutir o assunto.

Rosalba pede suspensão de dívidas municipais com o INSS

Em entrevista à Rádio Senado, Rosalba Ciarlini (DEM-RN) informou ontem que reiterou seu pedido ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que suspenda, por um prazo entre 120 dias e 180 dias, a cobrança das dívidas dos municípios com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Segundo a senadora, sua proposta tem por objetivo permitir que os municípios se reorganizem financeiramente e que as receitas municipais voltem à normalidade.

De acordo com Rosalba Ciarlini, ao tomar a decisão de isentar grandes empresas do pagamento do Imposto sobre

Produtos Industrializados, para amenizar o impacto da crise financeira mundial na economia brasileira, o governo federal afetou as administrações municipais, que sofrem com a queda na arrecadação do Fundo de Participação dos Municípios. O IPI é um componente importante da receita do FPM. A senadora registrou ainda que a maioria dos municípios tem dívidas com o INSS e que tais despesas são descontadas das parcelas a receber do fundo.

– Já está prevista para março uma queda substancial na receita dos municípios, que estão recebendo bem menos, quase 40% a menos do que recebiam



Queda de receita dos municípios pode ser de 40% em março, alerta senadora

[do FPM] – afirmou.

Rosalba Ciarlini destacou que os municípios de pequeno e médio porte já estão sofrendo as consequências do que chamou de “uma crise sobre a crise”, por não conseguirem custear as despesas com a máquina pública e com saúde, educação e outras áreas.

J. Freitas

Mão Santa defende divisão territorial do estado do Piauí

Mão Santa (PMDB-PI) defendeu ontem, em pronunciamento no Plenário, a divisão territorial do estado do Piauí como forma de desenvolver a região e melhorar as condições de vida da população. O senador citou artigo do escritor Jesualdo Cavalcanti Barros, intitulado “Pobreza tem remédio”, no qual o autor propõe a criação do estado do Gurgueia a partir da divisão do Piauí.

Segundo Mão Santa, no texto, Jesualdo afirma que “há, pois, remédio para pobreza; e Goiás o encontrou, repetindo a receita já experimentada por Mato Grosso, ao também transformar seu território em dois estados e passar a receber duas fatias do bolo tributário nacional”.

– Se o Congresso agilizar a



Gerardo Magela

Ideli elogia três convênios com a Caixa de interesse de seu estado

reestruturação das empresas de turismo do estado.

A senadora também celebrou a parceria firmada entre a Caixa, a empresa estatal de energia Celesc e a Cooper Solar – uma cooperativa formada basicamente por mulheres – para a fabricação de um aquecedor a energia solar.



Gerardo Magela

Para Mão Santa, criação do estado do Gurgueia produzirá desenvolvimento

aprovação dos projetos que criam novos estados, este país irá se desenvolver – afirmou.

O senador informou que Jesualdo Cavalcanti Barros, que já foi deputado federal, atualmente é responsável por um centro de estudos sobre a divisão do Piauí.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: José Alexandre Lima Gazineo
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Marconi Perillo • Mão Santa • Heráclito Fortes • Serys Slhessarenko

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora da Secretaria Especial de Comunicação Social: Elga Mara Teixeira Lopes

Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli
O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Braz Felix, Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3303-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Foto de Geraldo Magela



Suplicy convida Patrus Ananias para ato em Santo Antônio do Pinhal

Renda de cidadania em cidade paulista

Eduardo Suplicy (PT-SP) leu carta em Plenário convidando o ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, para participar do ato de lançamento da primeira experiência de implantação de seu Programa de Renda Básica de Cidadania na cidade de Santo Antônio do Pinhal (SP).

O senador disse que serão realizadas reuniões nos dias 20 e 21, na Estância Climática de Santo Antônio do Pinhal, visando discutir ideias para um fundo de cidadania no município e divulgar os objetivos do programa.

Pesar pela morte de Clodovil

Arthur Virgílio (PSDB-AM) apresentou voto de pesar pelo falecimento, ontem, do deputado Clodovil Hernandez (PR-SP), em decorrência de acidente vascular cerebral.

O senador disse que Clodovil era uma pessoa "instigante e desafiadora", marcando época como estilista e, posteriormente, tornando-se "um grande polemista" como apresentador de programas televisivos.

— Clodovil foi uma figura que assumiu sua condição de homossexual aos olhos de todos, o que faz com que as pessoas devam respeitá-lo. Chegou aqui desapaarelhado para lidar com a raposice do Congresso. Sua sinceridade quase lhe custou o mandato. Aprendeu relativamente a ser um deputado. Já estava mais acostumado com as regras da Casa.

Seminário sobre sistema de concorrência

O Centro de Estudos da Consultoria do Senado realiza amanhã seminário sobre o projeto de lei que reestrutura o sistema brasileiro de defesa da concorrência. A proposta (PLC 6/09) tramita no Senado, onde aguarda votação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O objetivo do seminário é promover discussão técnica que oriente os senadores e suas assessorias sobre uma matéria de alta complexidade explicou Marcos Mendes, diretor do centro.

Sarney recebe Lottenberg

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem o presidente do Hospital Israelita Albert Einstein, doutor Claudio Luis Lottenberg, com quem conversou sobre o programa de transplantes hepáticos desenvolvido pela instituição e que é responsável por 25% de intervenções desse tipo no país.

À saída da audiência, o médico disse que o Albert Einstein propõe-se a capacitar centros hospitalares do país na realização dessa cirurgia, inclusive no estado do presidente do Senado.

Lottenberg louvou qualquer iniciativa capaz de aproximar o Senado da Confederação Israelita do Brasil. Ele disse que os judeus brasileiros preocupam-se em não deixar que os conflitos envolvendo Israel sejam "importados" pelo Brasil.

Senador lê carta em que sindicato critica veto a benefício no quadro da Fiocruz

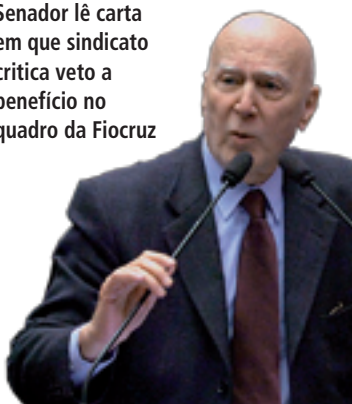


Foto de Geraldo Magela

Paulo Duque apoia pleito de servidores

Paulo Duque (PMDB-RJ) leu carta enviada ao presidente Lula pelo Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Fiocruz (Asfoc), que critica o veto presidencial a emenda da medida provisória (MP 441/08) que previa a proporcionalidade de gratificação salarial entre servidores dos níveis intermediário e superior.

Além disso, alega o sindicato, o Ministério do Planejamento pode vir a pagar os servidores do nível intermediário com base em tabela anterior à aprovação da MP, que reduziria em até 10% os salários desses trabalhadores.

Embaixador japonês visita o Senado

Recebido ontem por José Sarney, o embaixador do Japão, Ken Shimanouchi, disse que o tema dominante na conversa com o presidente do Senado foi o crescimento do comércio entre os dois países.

A conversa, de acordo ainda com o embaixador, destinou-se a celebrar a crescente cooperação entre as duas nações no cenário global e o crescimento de 45% no comércio bilateral ano passado. Ken Shimanouchi ressaltou o sucesso das comemorações do centenário da imigração japonesa no Brasil, em 2008.

Congresso instala colegiado permanente em substituição a grupo que discutiu temas como mercado de carbono, educação ambiental e desenvolvimento sustentável

Ideli preside comissão de mudanças climáticas

FOI INSTALADA ONTEM a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, que havia dois anos vinha funcionando como colegiado temporário. Os senadores e deputados federais elegeram como presidente da comissão a senadora Ideli Salvatti (PT-SC). O vice-presidente será escolhido na próxima reunião, em data ainda a ser agendada.

A Comissão Temporária Mista Especial sobre Mudanças Climáticas foi instalada em 13 de março de 2007 e, no final do mesmo ano, foi prorrogada até 18 de junho de 2008. Em maio de 2007 foi aprovado o relatório parcial do senador Renato Casagrande (PSB-ES). O relatório final foi acatado em 18 de junho de 2008, quando a comissão foi encerrada. Entretanto, também em junho



Moreira Matiz

Ao lado de Marco Maciel, Ideli dirige reunião da comissão

de 2008, sessão do Congresso Nacional aprovou a recriação do colegiado. Foram presidentes da então comissão temporária os deputados Eduardo Gomes e Ricardo Tripoli.

Já em dezembro de 2008, Senado e Câmara concordaram em dar prosseguimento aos trabalhos e criaram a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, por meio do projeto de resolução do Congresso Nacional.

Durante os primeiros dois

anos de funcionamento, o colegiado discutiu temas como mercado de carbono, educação ambiental, desmatamento, cerrado, desenvolvimento sustentável, fontes alternativas de energia, redução de gases e poluentes, aquecimento global e energia nuclear.

A instituição desse novo colegiado permanente é resultado de uma série de discussões e trabalhos realizados pelo Congresso. Além da Comissão Temporária Especial, criada no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), em 2007 foi instalada a Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Serys: sacolas de plástico poluem a cidade e o campo

Serys Shessarenko (PT-MT) defendeu ontem em Plenário a total substituição, nos supermercados e lojas, das sacolas de plástico de PVC por sacolas reutilizáveis, que não agredam o meio ambiente. Ela informou que as sacolas plásticas, de inofensiva aparência, finas e leves, levam 400 anos para se decompor.

A senadora observou também o efeito altamente tóxico da queima dessas sacolas, que leva para a atmosfera partículas leves e pesadas, que depois se precipitam e contaminam solos e mananciais de água. Serys afirmou que, em todo o mundo, são consumidos 1 milhão de sacos plásticos por minuto, o que representa quase 1,5 bilhão

por dia, mais de 500 bilhões por ano.

— É o resíduo que mais polui as cidades e os campos, prejudica animais, entope a drenagem urbana e os rios, contribuindo para as inundações — argumentou.

Como exemplo dos danos ambientais causados pelo descontrolado uso de sacolas plásticas, a parlamentar relatou que foram encontrados 800 quilos de plásticos no estômago de uma baleia morta encontrada na Normandia (França). Ela ressaltou que a cada ano morrem milhares de tartarugas, baleias, focas e pássaros nessas mesmas condições. Destacou ainda que mais de 60% dos resíduos encontrados nas praias são



Moreira Matiz

Senadora destaca dano provocado ao meio ambiente pelas embalagens

plásticos.

Serys disse que apresentou dois projetos de lei que determinam o uso de sacolas biodegradáveis por parte das empresas. O PLS 291/06 concede benefício no Imposto de Renda às empresas que utilizem produtos de plástico biodegradável ou hidrossolúvel. O outro, PLS 424/08, determina o banimento das sacolas plásticas que não se degradem facilmente.

Mozarildo diz que ação do governo em RR é desterro

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse ontem, véspera da sessão do Supremo Tribunal Federal (STF) que deverá encerrar o julgamento do processo de demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, que, se for indeferida a ação que ele protocolou juntamente com o senador Augusto Botelho (PT-RR) — pedindo a revogação da portaria que definiu os limites contínuos da reserva —, recorrerá à Justiça para garantir que cada família tenha seus direitos respeitados.

Segundo Mozarildo, algumas famílias já foram obrigadas a deixar suas terras na área da reserva e teriam recebido indenizações indignas. O senador classificou como desterro a ação do governo federal de retirar as famílias da área da reserva.



Moreira Matiz

Senador pede respeito a direitos de moradores

Augusto pede que tribunal não confirme demarcação

Augusto Botelho (PT-RR) manifestou a esperança que oito ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) revejam suas posições a favor da demarcação em área contínua da reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima. O julgamento da ação contra essa demarcação, impetrada por ele e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), iniciado em 25 de agosto 2008, será retomado hoje, com o voto do ministro Marco Aurélio.

O senador pediu que os ministros ouçam com atenção o voto de Marco Aurélio, que, segundo ele, deverá trazer um novo posicionamento sobre a questão. Também faltam votar os ministros Celso de Mello e Gilmar Mendes.

Augusto criticou a decisão do STF por não definir as áreas que pertencem a cada uma das várias etnias que habitam a reserva.



Moreira Matiz

STF não definiu área de cada etnia, diz Augusto

“O eixo fundamental deve ser o combate às assimetrias, para tornar o Mercosul menos desigual, mais solidário e com rosto humano, como disse o ministro Alejandro Hamed”, ressalta presidente da Representação Brasileira no Parlasul

Mercadante defende agenda positiva para o processo de integração regional

O PRESIDENTE DA Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), defendeu o estabelecimento de uma agenda positiva para o processo de integração regional, com a inclusão de temas como a convergência macroeconômica e a criação de uma futura moeda única do bloco. Ele elogiou as prioridades anunciadas ontem, em Montevídeu, pelo ministro das Relações Exteriores do Paraguai, Alejandro Hamed Franco, para a presidência *pro tempore* do bloco ao longo do primeiro semestre.

– Ao longo dessa Presidência,

o Paraguai dará seguramente um impulso novo à integração. Precisamos avançar com a agenda da integração e constituir um tribunal de justiça com poder vinculante, além de promover obras de infraestrutura, que geram muitos empregos. O eixo fundamental deve ser o combate às assimetrias, para tornar o Mercosul menos desigual, mais solidário e com um rosto humano, como disse o ministro – assinalou Mercadante.

Já o parlamentar argentino Rodolfo Godoy lembrou que a crise econômica mundial nasceu nos países desenvolvidos, mas terá impacto na região. Para ele,

no entanto, a crise deve “gerar a oportunidade de maior integração e cooperação”.

Generosidade

O parlamentar paraguaio González Núñez lamentou que a integração ainda não tenha beneficiado como deveria os habitantes dos países do bloco. Ele defendeu a busca de uma integração diferente do que a feita até o momento e disse que, em sua opinião, o Mercosul vive um “ponto de inflexão”. Núñez pediu que os países mais desenvolvidos do bloco sejam generosos com os menos desenvolvidos, a exemplo do que tem

ocorrido na Europa durante o processo de integração.

Por sua vez, o deputado uruguaio Roberto Conde considerou “ambiciosas, mas realistas” algumas das atuais metas do Mercosul, como a constituição de um tribunal de justiça e a eleição direta dos membros do Parlamento do Mercosul. E o deputado venezuelano Calixto Ortega pediu apoio de Hamed para a “incorporação de pleno direito” da Venezuela ao bloco. O protocolo de adesão da Venezuela ao Mercosul ainda precisa ser aprovado pelos Poderes Legislativos do Paraguai e do Brasil.



Papaléo propõe que o intercâmbio se realize via Amapá e Guiana Francesa

Papaléo quer ampliar comércio com a França

A adoção, pelo Brasil, de medidas visando incrementar as relações comerciais com a França foi defendida por Papaléo Paes (PSDB-AP). Um dos principais canais para isso, disse o senador, seria o da fronteira, no Amapá, entre o Brasil e a Guiana Francesa. Ele assinalou que a Guiana Francesa, com *status* de departamento de além-mar, equivalente ao de um estado brasileiro, “desempenha papel estratégico para os interesses da França na América Latina”.

Papaléo acredita que um maior intercâmbio entre o Amapá e a Guiana teria como consequência direta “a redução drástica” do problema atual da imigração ilegal de brasileiros para o país vizinho, em busca de melhores oportunidades de trabalho. Uma das maneiras de acelerar o comércio, de acordo o senador, seria a conclusão da ponte internacional entre o município de Oiapoque, no Brasil, e a cidade de Saint-Georges, na Guiana Francesa.

Flexa Ribeiro pede uma subseleção da Copa na Amazônia

“Por que não uma Sede Amazônia, com jogos realizados em Belém e em Manaus?” A proposta foi apresentada por Flexa Ribeiro (PSDB-PA), ao comentar a decisão da Fifa de adiar para o final de maio o anúncio da decisão sobre a escolha das subseleções da Copa do Mundo de 2014, que será realizada no Brasil.

O modelo da Copa de 2002, realizada simultaneamente no Japão e na Coreia do Sul, motivou o senador a sugerir o compartilhamento da subseleção entre Manaus e Belém.

Além de agradar às populações do Pará e do Amazonas, outra vantagem da sede compartilhada, na avaliação do senador, seria dar início a uma cultura mais regionalizada em vez de apenas estadual. Flexa Ribeiro opinou que, se a Fifa aceitar sua proposta, “estará contribuindo para o fomento de uma cultura amazônica e de uma maior integração entre os estados”.



Flexa Ribeiro sugere que Belém e Manaus “compartilhem” os jogos

Debate sobre relações entre Brasil e Paraguai

A portas fechadas, logo após o encerramento da 16ª sessão do Parlamento do Mercosul, em Montevídeu, o ministro das Relações Exteriores do Paraguai, Alejandro Hamed Franco, e dois parlamentares brasileiros – o senador Aloizio Mercadante, presidente da Representação Brasileira no Parlamento, e o deputado Dr. Rosinha (PT-PR), vice-presidente do órgão – debateram os temas mais sensíveis das atuais tensas relações entre os dois países.

Estiveram em pauta assuntos como a situação dos chamados brasiguaios (brasileiros que vivem no Paraguai e temem perder suas terras), as reivindicações paraguaias de maiores benefícios pela cessão de sua parte da energia da hidrelétrica de Itaipu, a fixação do critério de representatividade para definir o tamanho das bancadas de cada país no Parlamento do Mercosul e a instituição de organismos supranacionais, como um tribunal de justiça com decisões vinculantes em todo o bloco.

O estabelecimento de um tribunal de justiça do bloco, adiantou o senador, deverá ser debatido em uma audiência pública do Parlamento, provavelmente em maio, com a presença de presidentes dos supremos tribunais dos países do Mercosul.

Antes disso, porém, como informou Alejandro Franco, é necessário buscar um entendimento a respeito da questão do número de cadeiras que serão garantidas a cada país no Parlamento do Mercosul a partir de 2011, quando todos os parlamentares já deverão ter sido escolhidos pelo voto direto.



Parlamentares brasileiros participam da 16ª Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul, em Montevídeu

Hamed defende Mercosul com “rosto mais humano”

A presidência *pro tempore* paraguaia, ao longo do primeiro semestre deste ano, vai procurar dar ao Mercosul um “rosto mais humano”, disse ontem o ministro das Relações Exteriores do Paraguai, Alejandro Hamed Franco. O ministro enumerou as prioridades de seu país para os próximos meses e ressaltou a importância desse período para o seu país.

– A presidência *pro tempore* do Mercosul de 2009 não é uma a mais para a República do Paraguai, mas constitui para nós um momento de verdade histórica, onde o Mercosul ingressa na idade adulta e nosso país vive um novo momento político transcendente – afirmou Hamed, em referência aos 18 anos do Tratado de Assunção, que serão celebrados neste mês, e à eleição de Fernando Lugo para a Presidência do Paraguai.

O ministro anunciou que em breve serão iniciadas as atividades do Instituto Social do Mercosul, que poderá servir como “caixa de ressonância das



Alejandro Hamed: é preciso superar desigualdades internas do bloco

inquietudes dos setores sociais” e colaborar na superação das assimetrias, ou seja, as diferenças econômicas e sociais entre os países que integram o bloco.

Hamed adiantou também que seu país dará prioridade à integração energética e à melhor aplicação possível dos recursos do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem). Ele recordou que obras de infraestrutura beneficiadas pelos recursos do fundo têm uma

incidência direta na ocupação de mão-de-obra. Ainda na área social, o ministro disse que espera contar ainda neste semestre com os recursos do fundo de apoio às micro, pequenas e médias empresas do bloco.

Ao referir-se às desigualdades internas do bloco, Hamed sustentou que as assimetrias não devem ser “tratadas ou atenuadas, mas superadas”. Ele anunciou a intenção de concluir a redação de um Plano Estratégico para a Superação das Assimetrias.

Um tema ligado ao das assimetrias, na opinião do ministro, é o da dupla cobrança da tarifa externa comum (TEC) do Mercosul. Para seu país, explicou, o fim da dupla cobrança – defendido pelos três outros países do bloco, Argentina, Brasil e Uruguai – deve ser precedido da criação de um órgão que garanta a distribuição eficaz dos recursos, da elaboração de um Código Aduaneiro comum e da conexão informática entre as aduanas dos países do bloco.